

#Covid-19

Por dentro das medidas de combate à pandemia

16 a 24 de junho de 2020

O que você precisa saber

Destaques da semana

SENADO APROVA EM DOIS TURNOS PEC QUE ADIA ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARA NOVEMBRO

Na noite desta terça-feira (24.06), o Senado votou em dois turnos e aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que adia as eleições municipais deste ano. A proposta prevê que o primeiro turno, marcado inicialmente para 4 de outubro, ocorra no dia 15 de novembro, e o segundo turno, no dia 29 de novembro. Agora a PEC segue para votação na Câmara Federal.

COM ATRASO, MINISTÉRIO DA SAÚDE PUBLICA ORIENTAÇÕES PARA A POPULAÇÃO SOBRE A PANDEMIA

Com atraso relevante, o Ministério publicou a Portaria 1565/2020, com uma série de orientações não determinantes para a população, já que entende estados e municípios como responsáveis legais pelas respostas à pandemia. Dentre elas é importante salientar que a medida não reforça o isolamento social – exceto em casos suspeitos. Ao contrário, diz que o retorno às atividades laborais e sociais são “positivas para a saúde mental”. O uso obrigatório de máscaras também não é respaldado pelo Poder Federal.

BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS VOLTAM A TER DADOS ACUMULADOS DE MORTES E CASOS CONFIRMADOS DA COVID-19

Constrangido após decisão que gerou muita polêmica, o Ministério da Saúde alterou novamente o formato dos boletins epidemiológicos diários gerados

sobre o avanço da Covid-19 no Brasil. Em resumo, voltam ao boletim os dados acumulados de infectados e mortos pela doença nos níveis nacional e estaduais/distrital. Contudo, o prejuízo de credibilidade que a polêmica causou continua gerando dados públicos diferentes sobre a pandemia no Brasil (que agora são publicados também por um consórcio de veículos de imprensa e pelo conjunto das secretarias estaduais de Saúde).

SAÚDE REGULAMENTA HOSPITAIS DE CAMPANHA

O Ministério da Saúde trouxe uma série de regulamentações no âmbito de parametrização do Sistema Único de Saúde (SUS) para os chamados “hospitais de campanha”, que vêm sendo construídos por estados e municípios para atendimento da população infectada. Destacamos a regra que determina os tipos de leitos possíveis nesse tipo de unidade de saúde e que exclui leitos de UTI, que compõem parte das unidades existentes. Essa determinação de cadastro na rede SUS dos leitos de campanha, contudo, não prevê que haja cofinanciamento federal.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA PÚBLICA ORIENTAÇÕES SOBRE RETORNO AO TRABALHO

Por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o Governo Federal editou uma série de determinações que devem ser seguidas pelas empresas no retorno ao trabalho de seus empregados em meio à pandemia. Entre elas, destacamos aquelas que preveem isolamento social remunerado de 14 dias para trabalhadores com sintomas que tenham tido sua infecção pela Covid-19 confirmada ou suspeita. No entanto, a Portaria desobriga que empresas testem todos os seus funcionários no retorno ao trabalho.

Outras medidas da semana

GOVERNO PRORROGA PROIBIÇÃO DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

A Casa Civil prorrogou por mais 15 dias a proibição da entrada de estrangeiros em território nacional.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA CRIA COMITÊ PARA ANALISAR RESTRIÇÃO DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS

Numa sinalização de que a entrada de estrangeiros em território nacional deve ser liberada em breve, o Ministério criou o Comitê Técnico da Facilitação, que tem por objetivo munir o Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 (CCOP), da Casa Civil, de informações técnicas sobre essa restrição.

MEC AUTORIZA ATIVIDADES REMOTAS NAS UNIVERSIDADE E INSTITUTOS FEDERAIS ATÉ O FIM DO ANO

Após sucessivas prorrogações, o Ministério da Educação autorizou que universidades e institutos federais continuem realizando suas atividades de forma remota até o final deste ano.

MINAS E ENERGIA PRORROGA PROIBIÇÃO DOS CORTES DE FORNECIMENTO EM RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

O Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prorrogou a proibição de que as companhias de distribuição de energia elétrica efetuem o corte do fornecimento de residências e estabelecimentos comerciais até 31 de julho.

INSS PREVÊ RETORNO PARA 13 DE JULHO

As agências do INSS já têm data para retomar o atendimento presencial, ainda que apenas agendado e parcialmente. A data prevista é 13 de julho.

PGFN PREVÊ REGRAS PARA CONCESSÃO DE PERDÃO OU PARCELAMENTO DE DÍVIDAS EMPRESARIAIS

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) definiu uma série de critérios para avaliação da concessão de perdão parcial e/ou parcelamento de dívidas empresariais com a União. Para acessar essa possibilidade, além de atender aos critérios, as empresas devem remeter à PGFN uma proposta de avaliação de cada situação.

Perdeu alguma informação importante na semana passada? Confira em nosso site as edições anteriores do [Boletim Covid-19](#):

EXPEDIENTE

Direção Executiva Mônica Sodré

Coordenação de Apoio à Ação Política Cassia Costa

Relacionamento com o Congresso Nacional Floriano Pesaro

Pesquisa Floriano Pesaro e Fabio Cabral

Edição Júlia Magalhães

Diagramação Rafael Carvalho

Revisão João Felipe de Oliveira



RAPS

REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE